

# O ALTERMUNDIALISMO NO CAMPO DAS LUTAS CONTRA-HEGEMÔNICAS: A TENSÃO EM TORNO DO PROJETO POLÍTICO SOCIAL<sup>1</sup>

*Santiane Arias*<sup>2</sup>

**RESUMO:** Ao longo da segunda metade dos anos 1990 surgiram em diversos países sedes dos encontros das organizações multilaterais, tais como a OMC, o FMI e o Banco Mundial, manifestações de oposição às políticas neoliberais, resultando no início de um novo movimento autodenominado *altermundialista*. Das marchas de protestos cada vez mais constantes nasceu o projeto do Fórum Social Mundial (2001). Considerado por seus entusiastas como o novo protagonista da esquerda do século XXI, esse movimento, não obstante proclame a necessidade de construção de um outro mundo, alega diferenciar-se na sua forma de ação, organização e projeto de transformação da chamada esquerda tradicional. É nesse sentido que o *altermundialismo* é apresentado por parte da literatura como um movimento plural e não hierárquico no qual encontrar-se-iam reunidos diferentes grupos sociais em nome de questões amplas e universais que transcenderiam os limites colocados pelos interesses de uma classe. A prova disso estaria sobretudo na diversidade de suas demandas que incluiriam, além de justiça social, a igualdade de gênero, a liberdade de orientação sexual, a preservação ambiental e a paz mundial. Este artigo propõe-se a discutir o problema da transformação social trazido à tona pelo *altermundialismo* a partir do Fórum Social Mundial.

**PALAVRAS-CHAVE:** altermundialismo, Fórum Social Mundial, lutas sociais

---

<sup>1</sup> Este artigo constitui parte do debate realizado na minha tese de doutorado intitulada *O perfil de classe média do movimento altermundialista: o caso da ATTAC*. A texto foi apresentado em 2011 no IFCH/UNICAMP.

<sup>2</sup> Doutora em Ciência Política pela UNICAMP.

**ABSTRACT:** Over the second half of the 1990s emerged in several countries Headquarters meetings of multilateral organizations such as the WTO, the IMF and the World Bank, expressions of opposition to neoliberal policies, resulting in the initiation of a new movement self-appointed alterglobalization. Demonstration protests increasingly constant gave rise to the project of the World Social Forum (2001). Considered by their enthusiasts as the protagonist of the new 21st century left, this movement, despite proclaiming the need to build another world, argues differentiate themselves in the form of action, project organization and transformation of traditional left. In this sense the alterglobalism is presented by part of the literature as a plural and non-hierarchic movement, in which it could be congregate different social groups on behalf of broad and universal issues that would transcend the limits placed by the interests of a class. Proof of this would be especially in diversity of their demands that would include, in addition to social justice, gender equality, freedom of sexual orientation, environmental preservation and world peace. This paper aims to discuss the problem of social transformation brought forth by alterglobalization from the World Social Forum

**KEYWORDS:** Alterglobalization; neoliberalism; social movement; World Social Forum

## O MOVIMENTO ALTERMUDIALISTA COMO RENASCIMENTO DA LUTA GLOBAL

*Se o século XX terminou com a queda do muro  
Berlim, o século XXI começou com Seattle*

Edgar Morin

De acordo com José Corrêa Leite (2005), a partir da segunda metade dos anos 1990 surgiram “novas resistências”. Estas, apesar de tributárias de correntes anticapitalistas anteriores, convergiriam num “*movimento novo, global, de oposição ao neoliberalismo, à dominação imperial e à militarização*”, inaugurando uma nova forma de fazer política. Nesse mesmo sentido, Ignácio Ramonet (2000, p. 6) afirma que o altermundialismo “(...) *traduz uma realidade nova, contraposta aos ásperos tempos dos anos 80, quando o neoliberalismo dominava a aparente novidade*”.

De acordo com Christophe Aguiton (2002), “*esse renascimento da contestação mundial*” decorreu da retomada das lutas nos quadros nacionais.

Deste modo, o levante organizado em 1994 pelo EZLN em oposição ao NAFTA é considerado um marco para o altermundialismo<sup>3</sup>. O movimento zapatista, embora formado por indígenas, não restringiu a sua atuação ao reconhecimento da identidade cultural de seus integrantes; aliando esta demanda à luta contra a “globalização neoliberal”, abriu uma via de confluência entre várias organizações contestatórias (BUEROSTRO e OLIVEIRA, 2002). Com efeito, outros sinais indicavam a possibilidade de uma reação em ampla escala, é o caso da retomada das grandes greves, como: a do funcionalismo público francês, em 1995; da General Motors e da Boeing, nos Estados Unidos, em 1998; dos trabalhadores coreanos, em 1997/98; da Universidade Nacional do México (UNAM), em 1999 (AGUITON, 2002).

A despeito desses antecedentes, sempre mencionados na literatura, o altermundialismo não associa a sua origem à greve de assalariados, tampouco à atuação de movimentos setoriais. Na sua certidão de nascimento consta: Seattle, novembro de 1999. Durante o encontro ministerial da Organização Mundial do Comércio, mais de 50 mil pessoas foram às ruas contra a então chamada *globalização das corporações*. Para os ativistas identificados com o altermundialismo, a *Batalha de Seattle* foi bastante significativa. Isto porque o encontro da OMC foi suspenso e a aprovação do AMI vetado<sup>4</sup>. Além disso, a violência policial e as barreiras físicas e simbólicas estabelecidas entre os líderes de cúpula e o clamor das ruas explicitaram a inviabilidade de acordos com os organismos multilaterais – tarefa na qual parte das ONGs que vieram a compor o altermundialismo esteve empenhada<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> EZLN é a sigla de Exército Zapatista de Libertação Nacional e o NAFTA de North American Free Trade Agreement (Tratado de Livre Comércio da América do Norte)

<sup>4</sup> Sigla de Acordo Multilateral de Investimentos – o projeto era conduzido pela Organização para o Comércio e Desenvolvimento Econômica (OCDE) e buscava consolidar mecanismos de proteção aos investidores estrangeiros, reduzindo ao mínimo o poder regulador dos Estados nacionais.

<sup>5</sup> Seattle foi uma das primeiras grandes manifestações a ganhar as manchetes da imprensa internacional devido à ação desmedida por parte das forças da ordem que responderam aos protestos com gás lacrimogêneo, spray de pimenta, caminhões de água e balas de borracha. Sua repercussão levou a afirmações como a de Edgar Morin, segundo o qual: *se o século XX terminou com a queda do muro, o século XXI começou com Seattle* (DI GIOVANNI, 2007).

Com grande impacto midiático, as manifestações implicaram a suspensão da cerimônia de abertura da conferência, impediram um discurso de Bill Clinton aos delegados numa noite de gala e levaram ao cancelamento da cerimônia de encerramento, contribuindo para acirrar as divergências entre os países-membros da organização. Com o fim da conferência sem uma agenda de continuidade acordada, Seattle tornou-se a referência enquanto um “acontecimento fundador” que “instala o movimento global como ator permanente em cena” (DI GIOVANNI, 2007: p. 16).

Na bibliografia sobre o tema, muitos são os nomes usados para identificar esse ciclo de atuação que não terminou nas manifestações nos Estados Unidos, ao contrário, se repetiu nos encontros europeus do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, são eles: *Povo de Seattle*, *Povo de Porto Alegre*, *movimento anticorporação*, *antidavos* e *movimento dos movimentos*. Nenhuma dessas alcunhas, entretanto, repercutiu como o termo *antiglobalização*. Amplamente empregado pela mídia, este não corresponde, segundo os ativistas, ao movimento; muito mais preciso, nesse sentido, seria *altermundialistes* – proveniente do francês: por uma outra mundialização. É bem provável, no entanto, que o alcance do primeiro termo não se deva somente à imprensa; ao longo de mais de uma década de existência, nem sempre o altermundialismo teve claro o eixo em torno do qual gravitava, de modo que seu discurso variou entre demandas mais abstratas, como a oposição à “mercantilização da vida”, e a luta concreta contra determinadas políticas neoliberais, incluindo, sobretudo após a ocupação do Iraque, críticas ao imperialismo estadunidense.

Hoje, de um modo geral, as diversas facetas altermundialistas convergem na crítica ao neoliberalismo. Entretanto, a despeito da insatisfação com a ordem existente e da luta por reformas profundas – como a democratização dos organismos multilaterais –, poucos são aqueles que defendem uma sociedade socialista. O que suscita debates internos intensos e questões controversas, qual seja: esse novo mundo, livre da discriminação, da pobreza e da opressão, pode se concretizar no âmbito do modo de produção capitalista? Para François Houtart (2002: p. 69), “se

*o neoliberalismo é uma fase do desenvolvimento capitalista é, portanto, de alternativas ao capitalismo que se trata e não somente de transformações menores*”. Mas, ressalta ainda (2001: p. 97): “*não se trata de falar de um único modelo, rígido e capaz de fornecer por antecipação todas as soluções*”, pois a “*nova sociedade é ainda desconhecida dos intelectuais e militantes do movimento*”. Segundo esta perspectiva, a falta de projeto representaria uma fase (inicial) de construção e consolidação da unidade entre os movimentos, algo que possivelmente seria superado ao longo dos encontros e ações conjuntas. Nos termos de Samir Amim e François Houtart (2003: p. 12):

Alternativas no plural. Não somente porque queremos evitar todos os dogmatismos de escola e colocar o acento sobre o caráter positivo da diversidade na construção do futuro, mas também porque, como já o dissemos, o futuro será o produto da interação dos movimentos sociais, e porque o grau de coerência e a natureza desse produto não são conhecidos de antemão.

## **O FSM COMO ESPAÇO: ENTRE A DIFICULDADE E A RECUSA DA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO**

*O estranho era que não clamávamos por um outro mundo específico, mas apenas pela possibilidade de algum outro mundo. Clamávamos pela ideia de que, teoricamente, pode haver um outro mundo. Muitos diziam ter a sensação de que a história estava sendo feita naquela sala. Eu sentia algo mais intangível, como se fosse o fim do “Fim da História”.*

Naomi Klein

O Fórum Social Mundial se caracterizou como a expressão altermudialista mais notória, sendo considerado inicialmente por seus representantes como o “*novo protagonista da esquerda do século XXI*” (LEITE, 2003). Essa autoimagem faz com que se apresente como uma “nova

forma de organização”, diferente e, por vezes, superior historicamente ao movimento socialista, circunscrito aos séculos XIX e XX. Nesse sentido, o trecho a seguir é ilustrativo:

Se a ideia de emancipação social saltou das prateleiras veneráveis da História para desembarcar no carnaval das lutas sociais, é porque se livrou do que a prendia ao mundo dos mortos. Um novo projeto transformador precisa enfrentar o capitalismo do século 21. Para isso, não pode se apoiar nas respostas oferecidas (aliás, sem êxito...) às fases já passadas do sistema [...]. A nova cultura política tende a rejeitar todas as tentativas de hierarquização (que atentam contra a igualdade) ou de uniformização (que violam a diversidade) – tanto as que partem do capitalismo, quanto das velhas formas de luta contra ele. Não há sujeitos sociais ‘históricos’ mais capazes do que outros para liderar a transformação do mundo. Não há campanhas que sejam, a priori, mais relevantes que as demais. Não há direções – nem partidárias, nem intelectuais – autorizadas a definir estas campanhas em nosso nome, fora de nossos espaços de diálogo (MARTINS, 2006).

O primeiro FSM ocorreu entre 25 e 30 de janeiro de 2001 na cidade de Porto Alegre, nos mesmos dias do Fórum Econômico Mundial (FEM), tradicionalmente realizado em Davos, na Suíça – então na sua 31ª edição. Essa simultaneidade não foi ocasional. A ideia era promover um encontro diametralmente oposto ao FEM, isto é, pautado na primazia das questões sociais frente aos interesses econômicos, sediado ao Sul do globo. Até janeiro de 2001 as manifestações identificadas com o altermundialismo tinham ocorrido, sobretudo, nos países do Norte. A escolha de Porto Alegre, assim como a data, foi estratégica: situada num país com as dimensões do Brasil, a cidade contava com a infraestrutura necessária, cedida em parte pelo governador Olívio Dutra do PT, e com uma experiência que interessava politicamente o movimento, a saber, o orçamento participativo.

Assim como as contra cúpulas e os dias de ação global, o FSM acontece simultaneamente ao Fórum Econômico Mundial. Um debate via satélite coloca figuras emblemáticas dos dois encontros ‘frente a frente’. Uma mãe da Praça de Maio chama George Soros de ‘monstro’. Porto Alegre torna-se então referência para uma grande diversidade de organizações e movimentos, a partir de alguns pontos convergentes: fundamentalmente, a oposição à visão do neoliberalismo como forma totalizante e intransponível de organização econômica e política de um sistema de relações em escala mundial” (DI GIOVANNI, 2007, p. 25).

O local do evento foi especialmente escolhido porque o Partido dos Trabalhadores, do Brasil, o PT, está no poder na cidade de Porto Alegre e no Estado do Rio Grande do Sul. O encontro foi organizado por uma central sindical brasileira (CUT) e por ONGs, mas o Partido dos Trabalhadores garantiu a infraestrutura para o evento nas instalações da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre e pagou para ter um grupo estelar de conferencistas. Ter como patrocinador um governo progressista foi o ponto de partida para aquele grupo acostumado a ser recebido com nuvens de *sprays* de pimenta e fitas demarcando zonas proibidas de protestos. Os ativistas eram, ao contrário, recebidos por policiais amigáveis e por recepcionistas que usavam o logotipo do departamento oficial de turismo do Estado. (KLEIN, 2002, p. 266)

De acordo com Naomi Klein (2002), o fórum buscava aproveitar a energia da luta *contra* desencadeada com as manifestações – o sonoro NÃO! –, em favor da construção de alternativas, de onde o lema “*um outro mundo é possível!*” A possibilidade de transformação social anunciada não trazia consigo respostas acerca da natureza desta outra sociedade. Nas palavras da autora (2002: p. 265): “*o estranho era que não clamávamos por um outro mundo específico, mas apenas pela possibilidade de algum outro mundo*”.

E, assim, paradoxalmente, o FSM marcou o esforço de retomada dos projetos de transformação global sem apresentar um projeto.

Mais além das manifestações de massa e protestos, parecia possível passar a uma etapa propositiva, de busca concreta de respostas aos desafios de construção de ‘um outro mundo’, em que a economia estivesse a serviço do ser humano e não o inverso [...] (WHITAKER, 2000).

A primeira edição do FSM contou com quinze mil participantes, entre os quais cinco mil delegados. Se a maioria proveio da América Latina, o número de europeus, particularmente franceses, impressionou – quinhentos representantes somente de organizações francesas. A despeito da presença significativa de estrangeiros, muito poucos os africanos e asiáticos: “*Globalmente, este evento foi essencialmente franco-brasileiro*” (PLEYERS, 2008: p. 19). A afirmação de Geoffrey Pleyers é endossada por Klein (2002, p.266): “*Apesar da conferência ser local, ela foi, em parte, projeto da ATTAC, da França, a coalizão dos sindicatos, agricultores e intelectuais, que se tornaram a face mais pública do movimento antiglobalização de grande parte da Europa e Escandinávia*”<sup>6</sup>.

A segunda edição do FSM ocorreu mais uma vez em Porto Alegre e contou com mais de cinquenta mil manifestantes. Entre os quinze mil delegados de cento e vinte e três países, cerca de seis mil eram brasileiros. Novamente, a presença dos europeus (entre os primeiros: italianos, franceses e belgas) foi destacada. De acordo com Pleyers (2008), esta edição se aproximou mais de um encontro euro-latino-americano, que de um evento de caráter mundial.

O terceiro FSM ocorreu em 2003 também em Porto Alegre, contando com cerca de cem mil participantes. O recém empossado presidente Luís Inácio Lula da Silva foi um de convidados e o seu discurso reuniu sessenta

---

<sup>6</sup> A ATTAC é a Associação pela Taxação das Transações (financeiras) para Ajuda dos Cidadãos. A organização foi fundada em 1998 em Paris a partir da iniciativa dos editores do Le Monde Diplomatique. Para uma leitura mais aprofundada consultar ARIAS, S. O perfil de classe média do movimento altermundialista: o caso da ATTAC. Campinas, IFCH/UNICAMP, 2011.



mil pessoas num estádio de futebol da cidade. O evento crescia, assim como as críticas internas. A preponderância de ONGs na organização do encontro, a eficácia política da estrutura fórum e a ausência de países da África, da Ásia e da América do Norte, eram todos temas colocados em causa. A escolha dos eixos temáticos e a disposição da programação proposta pelo secretariado brasileiro e pelo Comitê Internacional também eram alvos de queixas – assim, se questionavam a postura passiva dos militantes dos diversos movimentos diante das grandes conferências com personalidades reconhecidas como Noam Chomsky, José Saramago e Eduardo Galeano.

Em 2004 o FSM rumou para a Índia, onde conta com cento e quinze mil participantes. Em 2005, de volta ao Brasil, aproximadamente cento e cinquenta e cinco mil ativistas. Em 2006, o primeiro realizado de forma policêntrica, foram ao total cento e vinte e sete mil pessoas (contando os três países: Venezuela, Mali e Paquistão).

No ano de 2009, em Belém do Pará, ocorreu o primeiro fórum no Brasil fora de Porto Alegre. Este contou com a presença de cento e trinta e cinco mil participantes e representantes de cento e quarenta e dois países; agora, então, melhor distribuídos entre as regiões de globo – 4.193 da América do Sul; 491 da Europa; 489 da África; 334 da Ásia; 155 da América do Norte; 119 da América Central; 27 da Oceania.

Ao completar dez anos de vida o Fórum Social Mundial voltou à Porto Alegre, em janeiro de 2010, para um balanço de sua trajetória. Uma década mais tarde o FSM atingiu *status* de um verdadeiro acontecimento na cidade. Na abertura do encontro, muitos lamentaram a ausência do fórum em outros anos. A declaração seguinte, extraída de um jornal local, indica o prestígio e a importância do evento para a cidade:

Mario Cruz, da ABONG, identificou corretamente o FSM como um evento da cidade, e não apenas de um partido: “Trazer de volta o evento foi uma das formas de mostrar que o Fórum Social Mundial não era de um governo, mas da sociedade porto-alegrense. Além disso, em janeiro, ou tem o Fórum ou não tem nada em Porto Alegre. Por isso,

pensamos em no próximo ano continuarmos com algumas agendas para preparar os membros da sociedade que queiram ir ao Fórum Social Mundial em Dacar, no Senegal” (*Jornal do Centro de POA* 26/01/2010)

O caráter auto reflexivo da edição de 2010 torna-a particularmente interessante. A primeira mesa composta por Francisco Whitaker da Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB, João Pedro Stédile (MST), Oded Grajew (CIVES) e João Antônio Felício (CUT), membros do Comitê Internacional (CI), avaliou os avanços e os limites do Fórum Social Mundial. Com exceção de Stédile que se declarou textualmente descontente com os resultados obtidos, todas as outras ponderações foram mais otimistas<sup>7</sup>.

O FSM reivindica e proclama as vantagens da auto-organização, da participação diversificada de sujeitos, da igualdade de expressão, bem como recusa e critica a existência de líderes e dirigentes. Segundo seus integrantes, ninguém está autorizado a falar em nome do fórum. Na prática, não funciona bem assim e é possível perceber aqueles mais facilmente associados ao evento, os quais são reiteradamente chamados a se manifestar em seu nome através dos principais meios de comunicação.

De acordo com a *Carta de Princípios*, o FSM não é um movimento, mas um espaço de encontro, discussão e reflexão das organizações presentes no altermundialismo – um “espaço espontâneo da sociedade civil” que poderia ser desvirtuado pela disputa de projetos sociais divergentes. Entre os defensores dessa estrutura encontram-se Chico Whitaker, Oded Grajew e Cândido Grzybowski (IBASE). Para eles, o fórum teve um papel contra-hegemônico decisivo: ao defender a possibilidade *de um outro mundo* reascendeu a esperança, colocando em cheque o determinismo da ideologia neoliberal<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> A CNBB é a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CIVIS é a Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania e o MST é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

<sup>8</sup> O IBASE é o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.

Essa tese tem seus críticos no seio mesmo do CI, é o caso de João Pedro Stédile e João Antônio Felício que, embora reiterem a importância da existência de um espaço democrático destinado ao debate, acentuam as fragilidades políticas deste tipo de organização. De modo que se é verdade que o FSM venceu uma batalha ideológica contra o neoliberalismo, também é verdade que ele não soube aproveitar este espaço para a construção de um movimento internacional de massa. Para Stédile, existe uma dívida programática e um déficit político para com os militantes dos diversos movimentos que compõem o altermundialismo a partir do Fórum; isto porque, diz ele: se o neoliberalismo se tornou hoje menos crível, o cenário não é melhor que há dez anos atrás, ao contrário, as guerras, o avanço das bases militares imperialistas, a maior concentração de capital, o conservadorismo dos grandes meios de comunicação, a criminalização dos movimentos sociais, as crises econômicas evidenciam um agravamento do quadro. Nas suas palavras: “*Nós vencemos?!*”, “*Falhamos na organização das massas*”. “*Só as ideias não mudam o mundo. É preciso que as massas acreditem nessas ideias*”. João Antônio Felício destacou a incoerência da ausência de um projeto comum: “*No Fórum Social Mundial tem muita coisa. O que não tem é neoliberal*”. “*Não tem ninguém que defenda a guerra e o neoliberalismo*”. “*Se todos pensam o mesmo sobre o conjunto, por que não construímos um programa sobre o que é consensual?*”<sup>9</sup>

Uma década mais tarde, a dificuldade em visualizar o outro mundo possível persistia; dificuldade incrustrada na própria estrutura organizativa do Fórum Social Mundial e que talvez se apoie nas divergências acerca do tipo de oposição ao neoliberalismo. O sexto item da *Carta de Princípios* do FSM declara:

Os encontros do Fórum Social Mundial não têm caráter deliberativo [...]. Ninguém estará, portanto, autorizado a exprimir, em nome do Fórum, em qualquer de suas edições, posições que pretenderiam ser de todos os seus participantes. Os participantes não devem ser chamados a

---

<sup>9</sup> Relatos coletados durante a minha participação no evento, em 2010.

tomar decisões, por voto ou aclamação, enquanto conjunto de participantes do Fórum, sobre declarações ou propostas de ação que engajem a todos ou à sua maioria e que se proponham a ser tomadas de posição do Fórum enquanto Fórum (FSM, 2008).

Essa recusa *em tomar decisões e elaborar propostas de ação que engajem a todos ou à sua maioria* não impede que a questão reapareça em todos os encontros do FSM (LEITE, 2005): se o fórum foi criado para pensar alternativas, é inevitável que se pondere sobre qual ou quais seriam elas. A partir da 5ª edição (2005) as posições se polarizaram. Neste encontro um manifesto foi escrito por intelectuais ativistas elencando algumas bandeiras as quais o altermundialismo deveria empunhar para deixar de ser “moralmente vitorioso” e “politicamente ineficaz”. Entre as propostas apresentadas, uma, em especial, provocou polêmica: a articulação entre os movimentos sociais e os governos de esquerda da América do Sul, particularmente o de Hugo Chávez, então presidente da Venezuela, objetivando a criação de uma frente anti-imperialista (LEITE, 2005).

No mesmo sentido, o *Apelo Bamako*, redigido pelo Fórum Mundial de Alternativas na 6ª edição do FSM (2006) clamava aos altermundialistas à luta contra o imperialismo. Pouco antes desse encontro, dois textos lançados por Ignácio Ramonet (ATTAC) e François Polet (Centre Tricontinental) colocaram em questão a eficácia do método fórum:

O argumento dos dois textos é muito semelhante e pode ser resumido [...]: a) Ao se desdobrar, todos os anos, em milhares de atividades e centenas de proposições sem hierarquia entre si, o FSM mantém seus participantes fragmentados e se reduz a uma feira ‘folclórica’ de ideias e boas intenções; b) O caminho para evitar que este grande projeto se perca é fazer do Fórum uma grande ‘assembleia geral da humanidade’, onde sejam escolhidas ações prioritárias, a ser adotadas por todos os participantes. (MARTINS, 2006)

Para Antônio Martins (2006), essa inflexão seria um erro. Na sua opinião o FSM está longe de ser ineficaz, pois além de ter proporcionado um debate aberto entre as diversas organizações de esquerda conseguiu evitar “*a concretização de projetos essenciais para o capital*”, de forma que estabelecer demandas e pautas prioritárias, “*seria [em suas palavras] ceder ao canto das sereias da velha tradição*”.

Esse debate recoloca na ordem do dia uma questão tratada com cautela pelos altermundialistas, qual seja, a construção de um projeto de sociedade. Para muitos de seus integrantes, isso implicaria na elaboração de um discurso totalizante, muito sintomático na esquerda tradicional soterrada pelos escombros do muro de Berlim. Segundo Ignácio Ramonet (2000), a desconfiança com relação à experiência passada não pode impedir a construção de um contra projeto e uma contra ideologia, isto é, “*um edifício conceitual que se possa contrapor ao modelo atualmente dominante*”. Assim também para Amin e Houtart (2003), o movimento deve permanecer “*múltiplo e aberto*”, mas certas orientações no estágio atual da luta tornam-se urgentes; e, nesse sentido, ponderam: quanto mais incomunicáveis são as identidades, mais difícil concentrar as resistências em projetos coerentes e globais. Como para Stédile, também para Emir Sader (2002), o fórum conta com força social, moral e intelectual, mas falta-lhe força política e econômica. O risco, alerta ele, é que o encontro anual transforme o FSM num evento em detrimento de um processo de construção de alternativas: “*ninguém muda o mundo reunindo-se uma vez por ano*”. E aqui temos uma crítica a outro ponto da *Carta de Princípios*, segundo o qual o Fórum Social Mundial é um espaço e não um movimento.

O impasse acima exposto indica que o renascimento do novo movimento global não superou as marcas impostas pelo neoliberalismo às lutas sociais. Como bem observou Julia Ruiz Di Giovanni (2007: p. 35), “*os sujeitos dos protestos antiglobalização não são de forma alguma imunes à repetida proclamação da impossibilidade da revolução social*”. Essa tensão (possibilidade/impossibilidade) acompanha a convergência particular de movimentos e entidades que resultou no altermundialismo. Afinal, o que significa superar o neoliberalismo? Esse conflito apareceu explicitamente num editorial do jornal da ATTAC, logo após a crise de 2008: *relançar ou romper com*

*o capitalismo?* A pergunta fazia sentido não apenas porque os líderes dos governos dos países mais ricos discursavam, na ocasião, em favor da estatização dos bancos e de uma regulação maior do Estado, mas também pela abordagem keynesiana das análises dos intelectuais da associação e da relação estreita entre a sua base e certa configuração do Estado de bem-estar social (ARIAS, 2011).

## ENTRE A DIVERSIDADE ORGANIZACIONAL E A HOMOGENEIDADE SOCIAL

No Conselho Internacional do Fórum encontramos: 1) as ONGs, como o Greepeace, a Friends of the Earth, a Public Citizen e 50 years is enough, bem como a ABONG (Associação Brasileira de ONGs) e outras; 2) os centros virtuais de mobilização, como a Direct Action Network (DAN) e a Ação Global dos Povos; 3) os anarquistas Tute Biache e Desubbedienti; 4) as redes de movimentos como o Movimento de Resistência Global, a Via Campesina, a Marcha Europeia contra o Desemprego, a Marcha Mundial de Mulheres, o Movimento Contra a Construção de Barragens; 5) os centros de pesquisas, como a Focus on the Global South, a CLACSO (Centro Latino-americano de Ciências Sociais) e o Fórum Mundial de Alternativas; 6) os centros de informações, como a ALAI (Agencia Latino-americana de Informação) e o CMI (Centro de Mídia Independente); 7) as centrais e confederações sindicais como a CTA (Central dos Trabalhadores Argentinos), a CES (Confederação Europeia de Sindicatos) e a CUT; 8) os cristãos da rede Lilliput, CBJP/CNBB; etc.

A diversidade das organizações que integram o FSM é grande, muito embora nem todos tenham o mesmo grau de implicação no processo altermundialista. Além disso, a heterogeneidade organizacional não impediu a homogeneidade social dos ativistas. A Direct Action Network, coalizão considerada responsável pelo sucesso de Seattle, agregava em sua maioria universitários. Segundo Aguiton (2005, p. 38), as reuniões do Reclaim of the Streets, também formado no seio da universidade, chamam a atenção pela semelhança geracional, cultural e racial de seus participantes. Nas suas palavras: “*o movimento altermundialista se singularizou pelo caráter*

*mundial de seu alvo – prioritariamente as grandes instituições internacionais (...) e uma grande homogeneidade social dos militantes mobilizados – jovens com muito capital cultural e escolar, geralmente oriundos das camadas favorecidas”.*

Com efeito, organizações de jovens vinculadas a campanhas de boicotes, sabotagem e atos simbólicos contra as grandes empresas internacionais, como a Coca-Cola, a Nike e a Shell, parece, de início, ser a forma altermundialista mais corrente nos Estados Unidos da América (e mesmo na Inglaterra), de onde o sucesso do termo anticorporações na bibliografia anglófona<sup>10</sup>. Certamente os EUA, apesar de Seattle, não é um dos países mais envolvidos no Fórum Social Mundial. Aliás, os encontros do FSM e o seu Conselho Internacional foram, até pelo menos 2010, marcados pela participação de movimentos, entidades e indivíduos oriundos dos países da Europa e da América do Sul, com diferenças significativas no perfil das organizações de cada uma dessas regiões<sup>11</sup>.

Mesmo considerando os deslocamentos do evento para países da África e da Ásia, a participação dos dois continentes permaneceu por muito tempo marginal. Em entrevista a Diego Azzi (2007: p. 137), Geraldo Fontes (MST) declara:

Agora, pensando em Nairóbi como continuação do processo, também somos críticos porque não contribuiu em nada no processo. Não contribuiu em nada porque, embora existam muitas avaliações de que permitiu que na África fosse realizado um espaço e tal, na nossa avaliação isso é falso, porque a presença africana em Nairóbi estava condicionada às possibilidades europeias de facilitação financeira. É aquilo que a gente viu, quem ia lá era aquele pessoal que a Caritas, por exemplo, levava, financiava e indicava. A Action Aid a mesma coisa. As atividades promovidas por eles eram, em

---

<sup>10</sup> É possível que este perfil esteja em processo de mudança. A esse respeito ver JURIS, Jeffrey S. (*et. all.*) Movement Building and the United States Social Forum, *Social Movement Studies: Journal of Social, Cultural and Political Protest*, 13:3, 2014, pp.328-348

<sup>11</sup> O FSM tem passado por mudanças nos anos mais recentes, inclusive com relatos de crise e esgotamento do altermundialismo. É preciso novos estudos para avaliar o seu desdobramento.

termos de oficinas, etc., pautadas pelos europeus. Podem dizer que sessenta por cento da presença era africana; africana vírgula, africana com um bancão atrás [...]. Em nível mundial, pior ainda, ou seja, do Fórum de Nairóbi não saiu nada novo que em 2004, 2005 e 2006 não tivesse sido colocado na pauta.

O altermundialismo não teve, assim, o mesmo impacto em todos os pontos do globo. Tampouco obteve a mesma adesão de todas as classes sociais. Essas considerações são relevantes para a análise da sua atuação política e podem explicar, em larga medida, a tensão anunciada anteriormente. A esse respeito, o relato da pesquisadora e ativista Di Giovanni (2007: p. 10 e 11) é particularmente interessante :

A partir de contatos diversos construídos indiretamente por intermédio da ATTAC, na Itália e na França, me envolvi num projeto peculiar, que ganharia o nome de Laboratório Intergalactika (a grafia complicada queria subtrair a palavra de idiomas particulares): um espaço internacional de debates, bastante improvisado, cujo tema central era a própria ideia do movimento antiglobalização, do qual, apesar das diferenças, nos sentíamos todos parte [...]. Uma das principais críticas que a iniciativa Intergalactika recebeu na época era de ser uma “coisa de gringos”, demasiadamente voltada para experiências europeias e norteamericanas e afastada das lutas cotidianas da América Latina e de suas tradições organizativas.

Apesar da distância entre aqueles eventos fabulosos e as dificuldades do nosso cotidiano, eles nos inspiravam a pensar a política confrontando de maneira por vezes arrogante as estruturas institucionais a que muitos de nós, jovens militantes universitários latino-americanos, nos víamos de certa forma vinculados. Buscavam, também contraditoriamente, inspiração nos movimentos sociais “do Sul”, como se fossem formas mais primitivas de luta social às quais referiam seus próprios esforços. Os movimentos latino-americanos lhes pareciam mais autênticos e ao mesmo tempo presos a uma tradição organizativa “velha”, que viam como uma cópia anacrônica e ligeiramente exótica das fórmulas da esquerda.



O distanciamento entre as realidades supracitadas é apenas uma das dificuldades para a constituição de uma unidade global substancial. Ao descrever o seu processo de aproximação com o altermundialismo, Diego Azzi (2007, p. 10) revela a forma como a ATTAC entrou no Brasil – experiência que aqui durou muito pouco tempo, sem constituir uma verdadeira base social, diferente do caso da França e da Alemanha, por exemplo.

[...] uma trajetória que se iniciou no primeiro ano de minha graduação nas Ciências Sociais da USP (1999), quando fui assistir a uma palestra do já doente prof. Milton Santos, no Anfiteatro de Geografia da FFLCH/USP, e fui surpreendido quando percebi que a maior parte do tempo teríamos que ouvir a um então desconhecido Bernard Cassen, jornalista francês do *Le Monde Diplomatique*, ele viera expor os princípios de um movimento social nascente na Europa (ATTAC, Associação pela Taxação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos) e uma crítica ao capitalismo, sobretudo a partir do primado que o mercado financeiro assumiu na década de 1990. Ao final da palestra, foi divulgado que as reuniões de um núcleo brasileiro do dito movimento aconteceriam em determinado dia da semana ali mesmo ao lado, no prédio de Ciências Sociais. Foi assim que iniciei meu contato com o movimento antiglobalização.

Existem, portanto, diferenças importantes entre a expressão altermundialista nos países do centro e da periferia do capitalismo; e essas diferenças nem sempre se assentaram tranquilamente de forma consensual nos fóruns. Segundo Doris Trujilla, da Confederação Camponesa do Equador, o FSM está afastado das lutas sociais e dominado por ONGs. Essa crítica tangencia o conflito recorrente nos debates altermundialistas acerca do papel do Fórum Social Mundial na construção do outro mundo, bem como o debate “espaço” versus “movimento”. Por certo, essa questão ultrapassa a simples divergência de métodos:

As ONGs devem assumir seu papel de ONGs. De facilitar, de apoiar, de ter sua posição, claro, mas nós, como movimentos sociais, temos que começar a radicalizar nosso discurso e nossa prática. A maioria dos representantes do Fórum é de representantes de ONGs porque são eles que têm o controle do dinheiro. São as ONGs que conseguem definir a

temática. Então eu creio que a maioria são ONGs, e isso sim deve mudar. Mas acho que o maior dano causado pelas grandes ONGs é que elas não têm a menor ideia do que seja construir outro mundo. Não têm ideia. Eles põem uma visão que não se aplica na nossa realidade, põem temas que não se entende e, quando voltamos às nossas comunidades não sabemos sequer o que dizer à nossa gente, porque eles colocam mega-temas que, na prática, não servem de nada (Doris Trujilla em entrevista a AZZI, 2007, p. 157)

O movimento camponês de um modo geral se mostrou insatisfeito com a natureza do Fórum Social Mundial. A definição do FSM enquanto espaço impede a produção de resoluções e estratégias unificadas que poderiam fortalecer as lutas locais. Além da Confederação Camponesa e da Via Campesina, representantes do MST defenderam em diversos momentos mudanças de orientação:

O objetivo é mobilizar um guarda-chuva contra as corporações internacionais [...] a Via Campesina vai contra isso daqui essa outra contra isso, mas todo mundo na construção da mobilização contra as corporações internacionais. [...] Propomos isso daí, porque isso daí já vem de antes, essas determinadas formas de mobilização, com determinados objetivos, já vêm de antes, têm outro caráter e é possível de aglutinar [em torno disso] [...] [No modelo dos fóruns] não está muito claro para que eu vou me mobilizar, porque tudo entra dentro desse “um outro mundo é possível”. Tipo agora, em janeiro de 2008, vamos fazer uma mobilização mundial porque “um outro mundo é possível?” Ah, rapaz, sinto muito, mas eu tenho outras coisas para fazer, isso daí não me chama (Geraldo Fontes em entrevista a Diego AZZI, 2007: p. 161).

Essa não é a única divergência organizacional com implicações políticas no seio da convergência altermundialista. Como afirmou Di Giovanni (2007, p. 40): “Nem todos os grupos ativistas participaram das ações e confrontos de rua. Várias organizações internacionais participaram de uma coalização de lobby e pressão, articulada em torno da ideia de Comércio Justo e centrada na reforma das regras da OMC (...)”. Os lobbies, os protestos e os fóruns compõem o leque de atuação altermundialista. Para Azzi (2007, p. 105), no entanto, “as mobilizações

de rua vêm perdendo força ano após ano” e o crescimento da participação das ONGs foi acompanhado pela formação de “um mercado atraente para as iniciativas cidadãos”. Azzi (2007) recorda a atuação da CIVES (Associação de empresários pela cidadania) no Comitê Internacional do FSM. A entrevista a seguir, concedida durante a 6ª edição do fórum (2006), diz muito a esse respeito:

Quero falar um pouco sobre o lado positivo da cultura empresarial. Bom, como as empresas são preparadas para terem o máximo de lucro, a maior rentabilidade possível, já que elas competem no mercado, elas precisam, para atingir esses objetivos, ter uma excelência em termos de gestão. Isso significa, então, uma gestão voltada para resultados. Isso significa, também, organização, métodos, processos: toda gestão empresarial está voltada para esses fatores [...]. Esse aspecto da responsabilidade social e empresarial é um fator de lucro para a empresa. Então, bom, algumas empresas fazem porque nisso acreditam, mas outras também percebem que isso traz muitos benefícios [...]. A responsabilidade social é mensurada, estatisticamente avaliada. Sendo que as empresas socialmente responsáveis são mais bem-sucedidas, são mais lucrativas. Esse, então, é um grande motivo pelo qual as empresas estão avançando nesse sentido [...]. Essa cultura de responsabilidade social seria muito importante que se espraiasse por todas as organizações. E, mais ainda, sobre as organizações sociais que querem mudar o jogo. [...] Bom, e tudo isso falta, e muito, a partidos políticos, movimentos sociais, sindicais, organizações não-governamentais e mesmo em alguns governos. Todos estes, muitas vezes, podem estar embasados por boas intenções, por objetivos nobres, mas não conseguem traduzir tais intentos em ações concretas. Falta planejamento, falta método, falta avaliação. Não é à toa, então – e eu costumo brincar com isso – que são as empresas que dominam o mundo. Em boa parte, isso se deve à sua forma de organização e de busca por seus objetivos (AZZI, 2007, p. 105).

Convenhamos que o discurso sobre a eficiência e a racionalidade da organização empresarial sobreposta à ineficiência dos movimentos, partidos e governos de esquerda, não é inconciliável com a ideologia neoliberal. Mesmo assim, as intersecções existentes entre organizações

altermundialistas e os organismos multilaterais é algo que merece um trabalho a parte.

A problemática da transformação social não está, portanto, apartada do debate sobre quem são e como se organizam os altermundialistas. O tema é polêmico dentro do FSM e também em organizações como a ATTAC. Como escreveu Christophe Aguiton (2002, p. 67), membro da associação: a construção de um projeto anticapitalista: “ (...) é muito difícil de se concretizar (...), nas primeiras reuniões da ATTAC, se sucederem posicionamentos nitidamente anticapitalistas e aqueles cuja prioridade é a regulamentação dos mercados financeiros e do sistema econômico mundial (...)”. Nesse mesmo sentido, Alex Callinicos (2008, p. 6) escreve: “os documentos programáticos do movimento altermundialista são sistematicamente ambíguos quanto à natureza das questões que o motiva. Trata-se do neoliberalismo, (...) ou (...) do ‘modo de produção capitalista’? (...) A ATTAC, por exemplo, opta pela primeira solução: de onde o acento colocado sobre a taxa Tobin, que é um dispositivo para o retorno a uma versão regulada do capitalismo”.

O conhecimento do especialista como forma de luta e a crítica ao academicismo

(...) meu argumento é o de que a cartografia metafórica das linhas globais sobreviveu à cartografia literal das linhas que separavam o Velho do Novo Mundo. A injustiça social global está assim intimamente ligada à injustiça cognitiva global, de modo que a luta pela justiça social global também deve ser uma luta pela justiça cognitiva global.  
Boaventura de Sousa Santos.

A presença de intelectuais, pesquisadores e coletivos de peritagem e informação, é uma marca da atuação altermundialista. A ATTAC na França surgiu inicialmente de um grupo de jornalistas com o propósito de divulgar uma análise crítica do processo de financeirização da economia, evidenciando os nexos entre esse processo e o esvaziamento dos canais de participação democrática. Os dossiês, os sites, os comitês locais e as

universidades de verão apresentavam a importância e a viabilidade da criação da taxa Tobin – uma espécie de imposto sobre as transações financeiras. François Chesnais (1999, p. 10), membro do conselho científico da associação afirmou: “levando-se em conta a modicidade de sua alíquota (...), o tributo Tobin representa um golpe bem menor à mundialização financeira do que, por exemplo, uma medida como o restabelecimento do controle sobre os movimentos de capitais”. Por isso, segundo ele, o objetivo da campanha é primordialmente pedagógico: demonstrar a necessidade de uma regulamentação pública internacional.

Nesse sentido, é sintomático o fato da ATTAC contar em sua estrutura com um comitê científico formado por mais de cem pesquisadores reconhecidos, muitos dos quais economistas. Assim também, a Rede Mexicana de Ação Frente ao Livre Comércio (Remalc), formada por muitos professores universitários e um braço importante do altermundialismo no México, fomentou a campanha contra o Tratado de Livre Comércio da América do Norte.

Los análisis y el peritaje son elementos fundamentales de esta cultura política. Los expertos altermundistas buscan demostrar que las políticas neoliberales no sólo son injustas en términos sociales, sino también irracionales en términos económicos, puesto que no llevan a un desarrollo incluyente del país. Mediante análisis económicos y estudios de caso quieren demostrar que “la inversión extranjera directa no conlleva, por sí misma, beneficios sociales y ambientales” (...). Llevan al espacio público argumentos basados en análisis científicos con los que buscan contrarrestar las políticas dominantes, lo que constituye un elemento central de las democracias contemporáneas (...) (PLEYERS, 2010, p. 14).

É importante lembrar que o debate em torno do Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), o leitmotiv de Seattle, começa em 1997 por intermédio de ONGs compostas por experts com atuação internacional. Assim também, o Comitê para o Cancelamento da Dívida do Terceiro

Mundo, a Aliança Continental contra a Área do Livre Comércio das Américas e o próprio Fórum Social Mundial foram, em grande medida, projetados por intelectuais e acadêmicos.

(...) o FSM de Mumbai (2004) é muito elogiado como o que melhor expressou a diversidade de movimentos, muitos deles assentados em fontes cognitivas não ocidentais. Enquanto os primeiros eventos, em Porto Alegre (2001, 2002), foram bastante criticados pelo formato quase acadêmico, dentro da tradição ocidental, de organização das comunicações dos participantes e seus movimentos (RABELO e FRANCISCETTO, 2008, p. 82)

A partir do momento que a qualidade da análise de um especialista ou organização é reconhecida, o tema desperta a atenção dos ativistas e da mídia altermundialista (PLEYERS, 2010). Munidas de argumentos científicos, as organizações interpelam os diversos níveis de governo e/ou instituições multilaterais com o afã de convencê-los e pressioná-los a impulsionar políticas econômicas e sociais ou renegociar cláusulas de tratados internacionais mais favoráveis, buscando, assim, se configurar como interlocutores (PLEYERS, 2010).

Portanto, além refletir sobre a estrutura organizacional e o perfil dos militantes envolvidos no altermundialismo, é importante pensar sobre os termos desse espaço de construção de contra-hegemonia. Como bem salienta Pleyers (2010), apesar da qualidade das análises, nem sempre essas organizações logram convencer os cidadãos do vínculo entre a deterioração das suas condições vida e determinada política, tampouco mudanças efetivas. O autor cita o caso da Realc no México que, incapaz de desenvolver um movimento de base, se isolou das lutas sociais concretas. Nesse momento voltamos à intervenção de Stédile: “Só as ideias não mudam o mundo. É preciso que as massas acreditem nessas ideias”

Em meio às críticas ao academicismo do Fórum Social Mundial surgiu a ideia da Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS). A proposta nasceu no próprio FSM, tendo como um de seus principais

idealizadores o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos. De acordo com Rabelo e Francischetto (2008), a UPMS visa criar condições para uma ecologia de saberes contra-hegemônico e, conseqüentemente, uma nova cultura política emancipatória. Nesse sentido, é preciso reconhecer a existência de pensamento crítico em espaços conservadores como a universidade, mas também o fato dos movimentos sociais produzirem conhecimento próprio a partir das suas ações e estratégias (RABELO e FRANSCISCHETTO, 2008). Todo o esforço da Universidade Popular é de estabelecer inteligibilidade entre esses dois universos através de um processo de tradução intercultural, elaborado a partir do constante diálogo entre diferentes atores.

Se não pode haver justiça social global sem justiça cognitiva global, não é acessório lutar por práticas mais democráticas:

(...) a resistência política deve ter como postulado a resistência epistemológica. Como foi dito de início, não existe justiça social global sem justiça cognitiva global. Isso significa que a tarefa crítica que se avizinha não pode ficar limitada à geração de alternativas: ela requer um pensamento alternativo de alternativas. É preciso um novo pensamento, um pensamento pós-abissal (SANTOS, 2007).

Um pensamento pós-abissal implica o reconhecimento da diversidade de saberes estabelecido a partir da troca e do diálogo em espaços democraticamente constituídos. Nesse sentido, a proposta da UPMS não se distancia da ideia do Fórum Social Mundial como espaço. A preocupação em reconhecer os principais agentes das lutas sociais como produtores de conhecimento, sem dúvida, é legítima. A dúvida é se a tradução e a compreensão garantem o entendimento político, os grupos sociais que se opõem ao neoliberalismo e que se encontram na convergência altermundialista formaram-se em contextos sócio-históricos distintos e em muitos pontos se contrapõem diretamente.

**BIBLIOGRAFIA**

- AGUITON, Christophe. *O mundo nos pertence*. São Paulo: Viramundo, 2002.
- AGUITON, Christophe. *Une nouvelle étape. L'Economie politique: L'altermondialisme a-t-il un avenir?* Paris, n° 25, p.37-41, janeiro 2005.
- AMIN, Samir; HOUTART, François. (orgs.). *Mundialização das resistências: o estado das lutas 2003*. São Paulo: Cortez, 2003.
- ARIAS, Santiane. *O perfil de classe média do movimento altermundialista: o caso da ATTAC*. Tese defendida no IFCH/UNICAMP, 2001.
- ATTAC. *Édito: Relancer ou bifurquer? Lignes d'attac*, n.72, décembre 2008.
- AZZI, Diego Araujo. *Sujeitos e utopias nos movimentos antiglobalização*. São Paulo: FFLCH/USP (Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em sociologia da FFLCH/USP). 2007.
- BUENROSTRO, Alejandro; OLIVEIRA, Arellano e Ariovaldo Umbelino de. *Chiapas: construindo a esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CHESNAIS, François. *Tobin or not tobin? Porque tributar o capital financeiro internacional em apoio aos cidadãos*. São Paulo: UNESP, ATTAC, 1999.
- DI GIOVANNI, Julia Ruiz. *Seattle, Praga e Gênova: política antiglobalização pela experiência da ação de rua*. Dissertação apresentada ao departamento de antropologia da FFLCH/USP. São Paulo, 2007.
- FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. Carta de Princípios. Disponível: <http://memoriafsm.org/page/carta>
- HOBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995
- HOUTART, François; POLET, François (coordenadores). *Outro Davos: mundialização de resistências e lutas*. São Paulo: Cortez, 2002.
- JURIS, Jeffrey S. Juris et all. Movement Building and the United States. Social Forum, Social Movement Studies: *Journal of Social, Cultural and Political Protest*, 13:3, 328-348, 2014.



- KLEIN, Naomi. Acreditando no fim do fim da história. In: LOUREIRO, Isabel; LEITE, José C; CEVASCO, Maria Elisa (orgs). *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- LEITE, José Correa. *As invenções da política: sobre a existência da política e suas transformações*. São Paulo: PUC-SP (Tese de doutorado apresentada ao programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), 2005.
- LEITE, José Corrêa. *Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.
- LOUREIRO, Isabel; LEITE, J. C.; CEVASCO, M. E. *O espírito de Porto Alegre*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- MARTINS, Antônio. *Que outro mundo é possível*. Repositório Institucional do Fórum Social Mundial Memória, 2006. Disponível em: [http://memoriafsm.org/bitstream/handle/01/443/2006\\_07.01\\_Balan%C3%A7o\\_9\\_por.pdf?](http://memoriafsm.org/bitstream/handle/01/443/2006_07.01_Balan%C3%A7o_9_por.pdf?)
- PLEYERS, Geoffrey. Les défis du Forum Social Mondial 2009. In <http://www.laviedesidees.fr/Les-defis-du-Forum-Social-Mondial.html?lang=fr>, 28/01/2009.
- PLEYERS, Geoffrey. *El altermondialismo en México*. México: Colegio de México, 2010.
- PLIHON, D. L'altermondialisme, version moderne de l'anticapitalisme ? In BIDEI, J. ; DUMÉNIL, G (org.). Dossier Altermondialisme anticapitalisme, Actuel Marx, n.44, Paris, PUF, 2008, p.31-40.
- RABELO, M.P; FRANSCISCETTO, G.P.P. (Re)conhecer para dialogar: a universidade popular dos movimentos sociais como um projeto educativo emancipatório. Depoimentos, *Vitória*, n. 14, p. 79-94, jul./dez. 2008
- RAMONET, Ignácio. A ideia antiglobalização. In: MINÀ, Gianni. *Um outro mundo é possível*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

- RAMONET, Ignácio. A necessidade da utopia neoliberalismo. *Caros Amigos*. São Paulo: Casa Amarela, ano 4, n. 44, p. 16-17, nov., 2000.
- RAMONET, Ignacio. *Désarmer les marches. Le monde diplomatique*. Paris, 01/12/1997.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estud.* – CEBRAP [online]. 2007, n. 79, pp. 71-94. ISSN 1980-5403.
- WHITAKER, Francisco. Fórum Social Mundial: origem e objetivos. Disponível: [http://www.dhnet.org.br/w3/fsmrn/biblioteca/20\\_francisco\\_whitaker.html](http://www.dhnet.org.br/w3/fsmrn/biblioteca/20_francisco_whitaker.html), 2000.